FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Ciência Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso Administrativo

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 2 semanais
Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Francisco Paes Marques

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pretende-se a realização de análises aprofundadas e monográficas a temas inovadores no quadro do Contencioso da regulação pública e da sua interseção com o Direito Administrativo e o Direito do Contencioso Administrativo, com o objetivo de fomentar as aptidões de investigação dos estudantes e possibilitar o avanço científico nesta área do conhecimento.

6. Conteúdos programáticos:

Tema: Contencioso Administrativo da regulação

1. Estado de Direito e regulação
2. As relações jurídico-administrativas de regulação
3. Tribunais especializados e regulação
4. Questões referentes à legitimidade
   - 4.1. Legitimidade processual de terceiros
   - 4.2. Legitimidade processual de contrainteressados
   - 4.3. Legitimidade processual de entidades reguladoras
5. Natureza dos atos das entidades reguladoras e estrutura dos meios processuais
6. O controlo jurisdicional dos atos das entidades reguladoras: a discricionariedade regulatória
7. O contencioso da responsabilidade civil pública das entidades reguladoras
8. A resolução de litígios e a regulação
   - 8.1. Entre entidades reguladoras e regulados
   - 8.2. Entre regulados
   - 8.3. Entre o Estado e concessionários de serviço público

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Neste seminário pretende-se fazer uma reflexão sobre a questão de saber se o Contencioso Administrativo e os seus instrumentos se ajustam à nova realidade dos setores regulados (energia, telecomunicações, setor financeiro) e em que medida implicam uma transformação nos quadros do Contencioso Administrativo.

8. Metodologias de ensino:

- Debate e realização de apresentações orais em aulas de temas escolhidos;

- Elaboração de relatório escrito sobre um tema do programa.

9. Avaliação:

- A nota final será o resultado do desempenho oral e escrito do aluno.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias escolhidas visam estimular a reflexão crítica e proporcionar autonomia de investigação ao aluno.

11. Bibliografia principal:

- APOLINÁRIO, Marisa, *O Estado Regulador: O Novo Papel do Estado- Análise da Perspetiva de Evolução Recente do Direito Administrativo, O Exemplo do Sector da Energia*, Almedina, Coimbra, 2016 (reimp.).

- CORREIA, Sérvulo/MARQUES, Francisco Paes, *Noções de Direito Administrativo*, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2021.

- CRESPY-DE CONINCK, Marie, *Recherches sur les singularités du contentieux de la Régulation économique*, Dalloz, Paris, 2017.

- DEL GUAYO, Iñigo, *Regulación,* Marcial Pons, Madrid, 2017.

- ESTEVE PARDO, José, *Principios de Derecho Regulatorio*, Marcial Pons, Madrid, 2021.

- FEHLING, Michael, RUFFERT, Mathias (Coord.), *Regulierungsrecht,* Mohr Siebeck, Tübingen, 2010.

- GARSTECKI, Marie, *Das Regulierungsermessen*, Duncker&Humblot, Berlim, 2021.

- GOMES, Carla A./PEDRO, Ricardo/SARAIVA, Rute/MAÇÃS, Fernanda (Coord.), *Garantia de Direitos e Regulação: Perspetivas de Direito Administrativo,* AAFDL, Lisboa, 2020.

- GONÇALVES, Pedro, *Reflexões sobre o Estado Regulador e o Estado Contratante*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013.

- GONÇALVES, Pedro, *Regulação, Electricidade e Telecomunicações- Estudos de Direito Administrativo da Regulação*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.

-MAJONE, Giandomenico (Ed.), *Regulating Europe*, Routledge, Londres, 1996.

- MOREIRA, Vital, *Auto-regulação Profissional e Administração* Pública, Coimbra Editora, Coimbra, 1997.

- Neele, Ann Christiansen, *Optimierung des Rechtsschutzes im telekommunikations- und Energierecht.* Mohr Siebeck, Tübingen, 2012.